



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639985 - MS (2021/0012414-3)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : **MARIANA VOLPI MARTUCCI**
ADVOGADO : **MARIANA VOLPI MARTUCCI - SP373047**
IMPETRADO : **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**
PACIENTE : **IVANILDO BRITO DA SILVA**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

DECISÃO

Cuida-se de habeas corpus com pedido de liminar impetrado em favor de IVANILDO BRITO DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL (Processo n. 0004058-34.2013.8.12.0017).

O paciente foi condenado a uma pena privativa de liberdade de 02 (dois) anos e 15 (quinze) dias de reclusão, em regime inicial semiaberto, em razão da prática do delito previsto no art. 171, caput, do Código Penal.

Aduz o impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal decorrente do acórdão que manteve a sentença condenatória proferida pelo juízo de origem.

O decisum impugnado foi assim ementado:

APELAÇÃO CRIMINAL — RECURSO DEFENSIVO — ESTELIONATO ART. 171 DO CP — PRETENSÃO ABSOLUTÓRIA — IMPROCEDÊNCIA — CONJUNTO PROBATÓRIO SEGURO — PROVA ORAL E MATERIAL SUFICIENTE — NEGATIVA ISOLADA E INVEROSSÍMIL — CONDENAÇÃO MANTIDA — RECURSO DESPROVIDO. 1. O suporte fático e probatório, embasado nos elementos informativos colhidos na fase inquisitiva, corroborados pelas provas produzidas em juízo, é suficiente para ensejar a condenação, não havendo falar em absolvição quando os elementos de convicção coligidos durante a persecução penal são firmes no sentido de confirmar a materialidade e a autoria do fato delituoso, de forma a subsidiar a manutenção da condenação imposta pela sentença. II. Nos delitos contra o patrimônio, a palavra da vítima é dotada de especial relevância. Tratando-se de delito de estelionato, o artifício utilizado pelo acusado para manter a vítima em erro e obter a vantagem ilícita é o quanto basta para configuração do tipo penal, não havendo se falar em atipicidade da conduta. III. Recurso a que, com parecer, nega-se provimento.

Requer a concessão da ordem, liminarmente, para que seja redimensionada a pena corporal fixada pelas instâncias ordinárias, bem como abrandado o regime prisional imposto ao paciente.

É o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Acerca do regime de pena imposto, extrai-se da sentença de fls. 55-63:

"A reincidência e os maus antecedentes são óbices para substituição por restritiva de direitos, sursis e fixação de regime mais brando. Mas considerando a menor reprovabilidade da conduta e o disposto na súmula 269 do STJ, o regime inicial será o semiaberto."

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração e não está patente a alegada ilegalidade, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência